

VOLTA POR CIMA

O Plano de Mobilidade Urbana de Ijuí foi lançado com pompas há alguns anos, e desde então tem sido defendido pela atual administração pública como um conjunto de ações que melhorou o trânsito de Ijuí, principalmente nas áreas centrais. Com planejamento viário para atender a crescente frota de veículos na área urbana, o Plano foi responsável por modificações significativas no trânsito ijuiense, entre eles a instalação de rótulas em cruzamentos considerados perigosos. A medida mais impactante, porém, é a adoção do sistema binário, que consiste na transformação de vias em mão única, com sentido alternado entre

Todos sabemos da necessidade de obras que melhorem o trânsito na cidade, mas é preciso também um melhor planejamento da aplicação de recursos para obras viárias em Ijuí.

ruas paralelas. A promessa era de que a medida, além de facilitar o número de vagas de estacionamento, iria dar mais fluidez ao trânsito.

As alterações geraram polêmica. Muitos comerciantes, por exemplo, temiam que implantação da mão única nas ruas onde suas empresas estavam

localizadas diminuiria o movimento de veículos e, consequentemente, de consumidores. É possível dizer, porém, que em muitos casos a adoção do sistema binário foi positiva. Toda mudança gera uma rejeição inicial, e há exemplos que mostram a melhora no fluxo de veículos, principalmente em horários de pico. No entanto, nem todas as regiões da cidade comportaram o sistema. É o caso da rua Mato Grosso, que, poucos meses após a implantação de obras que alteraram o fluxo de veículos, será novamente transformada em via de mão dupla. A justificativa apresentada pelo poder público é que a falta de recursos impedirá a inclusão da via no sistema binário. Obras que seriam realizadas na rua Sergipe, paralela a Mato Grosso e que formaria o sistema de corredor, serão postergadas.

Chegamos, então, à conclusão de que uma pequena parcela de recursos públicos foi jogada no lixo. Isso porque, além das adaptações na sinalização viária, todo um estudo de mobilidade foi contratado para definir as mudanças que ocorreram. Todos sabemos da necessidade de obras que melhorem o trânsito na cidade, mas é preciso também um melhor planejamento da aplicação de recursos para obras viárias em Ijuí.

PONTO DE VISTA

Rogério Kerber



Presidente do Fundo de Defesa Sanitária Animal (Fundesa) fala sobre agricultura e a vacinação contra a febre aftosa

Em relação a vacinação contra a febre aftosa, o que pode destacar?

Foi realizada a conclusão da etapa de maio da vacinação contra a febre aftosa. A expectativa que se tem, é que dentro de uma normalidade do transcorrer do trabalho, que tenhamos alcançado um índice vacinal expressivo. É importante, uma vez que o setor de produção vem mantendo a vacinação, contribuindo em manter afastado qualquer risco de um evento sanitário no território gaúcho.

A diminuição do número de doses gratuitas pode

ter impactado a procura?

Não temos conhecimento de que isso tenha sido motivo de que eventualmente alguém não tenha procurado as vacinas gratuitas. Temos que compreender que o RS é o único Estado brasileiro que vinha fornecendo ou doando vacinas ao longo de um bom tempo. Evidentemente, é compreensível que a situação mudou, há uma necessidade importante e escassez de recursos, que se revisse esse posicionamento transmitido pelo poder público. Independentemente de qualquer situação, é obrigação de quem produz, cumprirmos com a nossa obrigação de vacinar os animais da melhor forma. Aquele que não realiza isso, compromete o esforço do seu vizinho que cumpriu com a sua obrigação.

O fato de o Brasil ser reconhecido como área livre de peste suína, pode melhorar a situação de exportação?

A questão de reconhecimento do Estado como área livre de peste suína clássica, ocorrido em 2015 para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, não alterou o quadro para a carne suína, nem facilitou ou ampliou o mercado. Até porque o reconhecimento de área foi internacional, mas os Estados já vinham sendo reconhecidos nacionalmente. O segundo ponto a ser considerado é que o RS tem a condição do Estado livre de febre aftosa com vacinação, e isso nos retira a condição de se apresentar nos principais mercados internacionais, principalmente aqueles países que exigem que as suas importações sejam de uma área ou Estado livre de febre aftosa sem vacinação.

ARTIGO

Governar sem gastar aquilo que não se tem

Dirceu Cardoso Gonçalves

Dirigente da Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo (Aspomil)

O primeiro pacote econômico do governo Michel Temer atende a um princípio que qualquer chefe de família responsável conhece: não gastar mais do que tem. A determinação de não permitir que o orçamento de um ano seja superior ao do exercício anterior acrescido da inflação do período pode ser uma grande e simples medida profilática num País onde, irresponsavelmente, os governos inchados tiveram seus gastos ampliados em 6% em média todos os anos e levaram à implosão do caixa. A meta fiscal, que prevê déficit de 170,5 bilhões, aprovada no Congresso Nacional, é o cheque especial que possibilitará o funcionamento da máquina pública até o final do ano. Mas é importante a adoção de medidas de economia para evitar ou pelo menos reduzir o tamanho do rombo em 2017.

Mais do que engessar os orçamentos públicos a percentuais da arrecadação para diferentes setores, é importante que cada tostão saído do cofre seja bem aplicado. É preciso fiscalizar a efetiva prestação dos serviços que justificam a saída do dinheiro. O governo tem de se livrar da extensa horda de cabos eleitorais, favorecidos políticos e ativistas independentes ou ligados aos viciados movimentos sociais e aparelhos sindicais, que mamam nas tetas oficiais. Há também de se controlar os patrocínios a atividades que não atendam à finalidade dos órgãos financeiros e varrer da administração aqueles que são pagos para enganar o povo em blogs e publicações tendenciosas. Um governo bem intencionado não precisa dessas artimanhas.

Também é importante buscar novos protocolos para garantir o direito de ir e vir do povo, a integridade de repartições e serviços que ultimamente têm suas vidas tumultuadas e sofrem prejuízos decorrentes da desobediência civil praticada por grupos de interesses nem sempre confessáveis. As ações das polícias de São Paulo e Rio de Janeiro, desocupando escolas e repartições, são um bom começo, mas devem ser ampliadas para vias públicas (ruas e estradas), onde o usuário não deveria ser prejudicado pela intransigência do ativismo irresponsável. Essas ações também trazem prejuízos, além do desconforto. Repartições, escolas, terminais de transporte e vias públicas têm funções vitais e jamais deverão ser obstruídas. Têm de ser desobstruídas imediatamente, independente de decisão judicial, e os responsáveis conduzidos ao distrito policial para providências.

Espera-se de Michel Temer o compromisso com um Brasil mais sustentável e pacífico. Os radicais que insistem em recitar mantras e tentam ganhar no grito precisam ser contidos com a razão e o convite à conciliação. O Brasil precisa urgentemente voltar aos eixos e não pode esquecer das reformas, que podem ser duras, mas são necessárias para evitar futuras crises. Chegou a hora de devolver a paz e a tranquilidade àqueles que querem empreender, trabalhar e fazer o País avançar. Oxalá isso seja possível através da conciliação e da paz, e que os cultores da desordem e da violência, vendo o sucesso das iniciativas, desistam do ativismo a qualquer preço.

Artigos assinados são responsabilidade de seus autores. Para publicação, os artigos devem ser enviados com identificação do autor (nome completo, documento, endereço e telefone) em fonte times, corpo 10, entre linhas 11, com até 30 linhas, para o e-mail redacao@jornaldamanhajui.com

Jornal da Manhã

GRÁFICA E EDITORA JORNALÍSTICA SENTINELA LTDA.
CNPJ: 87.657.854/0001-23

Fundado em 1º de Maio de 1973

Rua Albino Brendler, 122 Centro - 98700-000 IJUÍ/RS Cx. Postal 518 - (55)3331-0300

Diretor:
Edmundo H. Pochmann

Editora:
Jocelaine Simão
redacao@jornaldamanhajui.com

Jornal da Manhã: (55) 3331-0300
atendimento@jornaldamanhajui.com

Rádio JM: (55) 3331-0301
radio@jornaldamanhajui.com

Representantes Comerciais:
Grupo de Diários

www.jmijui.com.br

Impressão em Off-Set Rotativa

Cia de Arte

CNPJ 92.107.978/0001-75
Rua Albino Brendler, 146 - IJUÍ/RS
(55) 3331-0318 | 3331-0320
(após às 18h)

ciadearte@jornaldamanhajui.com

ASSINATURAS E

CIRCULAÇÃO:

(55) 3331-0315 | 3331-0316
3331-0317
Semestral: R\$ 200,00
Anual: R\$ 400,00
Correio: R\$ 400,00 (semestral);
R\$ 800,00 (anual)